



Excelentíssimo Senhor

Laurindo Cesa

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O Vereador infra-assinado **WILLIAM MACHADO - PMDB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita o apoio dos nobres pares, para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 58 /2010

Cria o Conselho Municipal de Proteção aos animais – COMPATO, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Proteção aos Animais - COMPATO, órgão consultivo e deliberativo, com o objetivo de desenvolver medidas de proteção dos animais, quer sejam eles de grande ou pequeno porte.

Art. 2º O COMPATO será constituído por 9 (nove) membros, com o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo escolhidos mediante votação secreta, a saber:

I - 1 (um) representante indicado pelo setor de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde – Vigilância Sanitária;

II - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

III - 1 (um) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná;

IV - 1 (um) representante de associação que tenha representatividade junto às clínicas veterinárias;

V - 1 (um) representante de uma das universidades com sede no Município.

VI - 1 (um) representante de entidade associativa que tenha por objeto a proteção dos animais.

§ 1º. A forma de indicação das entidades acima mencionadas, que estiverem inscritas no conselho, dar-se-á através de eleição em assembléia geral.

§ 2º. Podem ainda serem convidadas a participar, sem direito a voto deliberativo, pessoas ou entidades cuja presença e colaboração sejam consideradas necessárias para a execução das metas do conselho.

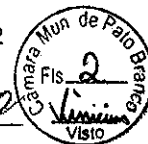
Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Proteção aos Animais:



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

2



I - desenvolver um cronograma anual de atividades a serem realizadas, visando a proteção dos animais, dentre elas, obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação e esterelização;

II - promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários;

III - elaborar anualmente um relatório das atividades desenvolvidas.

Art. 4º As funções de membro do conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante.

Art. 5º No prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua instalação, o Conselho de Proteção aos Animais elaborará o seu regimento interno, que deverá ser homologado por decreto do Executivo.

Pato Branco, 16 de março de 2010

William C. P. Machado – PMDB
Vereador



JUSTIFICATIVA

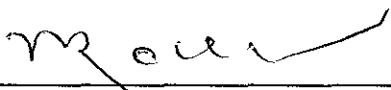
A problemática da criação de animais no perímetro urbano envolve o aumento da população de animais domésticos, bem como a situação de criação destes, gerando algum tipo de transtornos, seja pelo abandono, pela falta de alimentação ou quando esta se torna, além dos maus tratos.

Com isto, faz-se necessário a implantação de legislação que regule a gestão dos animais domésticos dentro do perímetro urbano, e por extensão reduza os conflitos crescentes entre as pessoas que tem a posse dos animais e a vizinhança no entorno dos locais de residências dos animais.

Some-se a isto, a forma com que vem ocorrendo o abandono destes animais nas vias públicas do nosso município, e ainda a falta de diretrizes políticas públicas dos setores do Executivo Municipal, bem como da sociedade organizada.

Assim sendo, venho então propor o estabelecimento do Conselho Municipal de Proteção de Animais Domésticos de Pato Branco – COMPATO, como forma de ampliar as discussões e deliberações a respeito da matéria, e inserindo assim, todos os setores na discussão, e no cumprimento da lei de controle de animais domésticos, posse responsável e outras providências.

Pato Branco, 25 de março de 2010



William C. P. Machado – PMDB
Vereador

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

PATO BRANCO | QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2010 | ANO XXV | NÚMERO 4905 | EDIÇÃO REGIONAL |



Associações e Ongs lideram esforços contra abandono de animais

Problema é caracterizado como crime ambiental, mas faltam ações de combate e controle da reprodução

Redação

Pato Branco – Encontrar cães e gatos perambulando pelas ruas das cidades não é uma tarefa difícil. No centro de Pato Branco, por exemplo, a cena é mais rara, mas em alguns bairros a população de animais domésticos abandonados preocupa.

A origem desses bichos geralmente é a mesma: donos descontentes, que encontram as mais variadas justificativas para abandonar seus animais em terrenos baldios, acostamentos de estradas e outros locais afastados da cidade. O que muitos destes proprietários não sabem – ou ignoram – é que o ato de abandonar animais domésticos resulta em problemas graves para a sociedade, além de poder ser enquadrado como crime pela legislação ambiental.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente de Pato Branco, Normélio Bonato, não existem dados estatísticos oficiais que apontem o número estimado de cães e gatos soltos pelas ruas da cidade. Já o presidente da Associação Lima de Proteção aos Animais, Oldemar de Lima, afirma que recolhe das ruas até quatro animais abandonados por dia.

Voluntário

Lima realiza através da associação um trabalho voluntário de cuidado com animais vítimas de maus tratos. Com ajuda de colaboradores e recursos próprios, Lima construiu um abrigo onde atualmente mantém 50 animais a espera de adoção.

Recentemente a associação inaugurou um novo espaço, cujo endereço Lima pediu para não ser divulgado. O motivo é evitar que as pessoas abandonem ainda mais ani-

mais nas proximidades por saber do trabalho da Associação, fato que acontecia no antigo abrigo, localizado nas proximidades da BR 158. "Teve gente que foi no local à noite, abriu os cercados e deixou, amarrados, dois Dálmatas," relatou Lima.

Crime Ambiental

Os maus tratos contra animais são crimes passíveis de punição através da lei Federal dos Crimes Ambientais. De acordo com Wilfried Schartz, chefe do IAP local, a lei garante o direito a uma condição de tratamento adequada as formas de vida animal. "O nosso entendimento é que havendo maus tratos e identificando o infrator ele é enquadrado nas leis de crime ambiental". Quando identificado algum tipo de agressão o infrator pode sofrer punições que vão de multa até a reclusão.

Wilfried ressalta ainda que quando uma pessoa adota um animal ela assume uma responsabilidade de domesticação, tornando o abandono um crime. É de responsabilidade do dono levar a um local adequado quando não o quiser mais. Denúncias contra maus-tratos podem ser feitas ao IAP, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a vigilância sanitária.

Saúde pública

Cães e gatos abandonados também podem representar um problema de saúde pública, pois estes podem ser vetores na transmissão de vários tipos de doenças como a Leptospirose, por exemplo.

Para Lima a solução para o problema do abandono estaria em uma maior conscientização das pessoas quanto ao problema. Bo-



Oldemar de Lima com um dos cães resgatados pela Associação Lima de proteção aos animais

nato comenta que a Secretaria de Meio Ambiente recebe poucas denúncias de maus tratos, e que o recolhimento destes não é feito por que a prefeitura não possui um local adequado para receber esses animais.

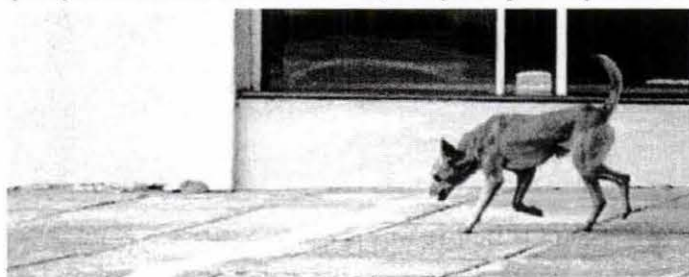
Projetos

Atualmente três projetos de lei (PL) sobre esta questão aguardam votação na câmara. O PL 289/2010, que institui o Programa Permanente de Controle Populacional de Cães, Gatos e outros em Pato Branco, de autoria do vereador Claudemir Zanco (PPS); o PL 58/2010, que cria o Compato (Conselho Municipal de Proteção aos Animais), de autoria do vereador William Machado (PMDB); e o PL 81/2010, que institui

o Prohem (Programa Municipal de Proteção e Bem Estar dos Animais), de autoria dos vereadores Claudemir Zanco, Guto Silva (DEM) e William Machado.

Associações e ONG's

Em Pato Branco além do trabalho da Associação Lima, existe também um projeto coordenado pelo Rotary Clube Alvorecer, que incentiva a doação de animais abandonados e vítimas de maus tratos. Os rotarianos acompanham as adoções feitas pelo projeto para evitar possíveis abandonos, além de realizar campanhas de conscientização. A prefeitura de Coronel Vivida estuda a criação de uma sociedade protetora dos animais, através da secretaria municipal de saúde.



Três leis que tramitam na Câmara podem solucionar abandono de cães



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Claudemir Zanco

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



O vereadores infra-assinados, **William Cezar Pollonio Machado** – PMDB, e **Luiz Augusto Silva** - DEM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, solicitam a ~~leitura~~ ^{assinatura} do projeto de nº58/2010, que é de sua autoria e dispõe sobre o - COMPATO- que visa criar o Conselho Municipal de Proteção aos animais.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista indicação feita ao executivo para que o mesmo implante o referido conselho.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 26 de setembro de 2011.

William Cezar Pollonio Machado
Vereador – PMDB

Guto Silva
Vereador – DEM

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 26-Set-2011-14:57-010647-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Claudemir Zanco

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



O vereadores infra-assinados, **William Cezar Pollonio Machado – PMDB**, e **Luiz Augusto Silva- DEM**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, indicam ao Executivo Municipal que o mesmo implante o Conselho Municipal De Proteção aos Animais.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a preocupação em atender a sociedade com ralação a esse tema e sendo prerrogativa do Executivo em implantar o referido Conselho, os vereadores infra-assinados retiram o projeto -COMPATO- que tramita nesta casa e que segue em anexo indicando ao Executivo para que o mesmo o implante .

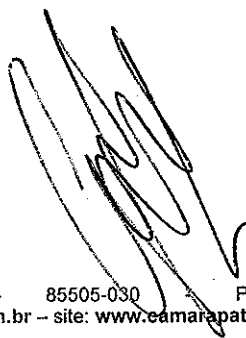
Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 26 de setembro de 2011.


William Cezar Pollonio Machado
Vereador – PMDB


Luiz Augusto Silva
Vereador – DEM





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 26-Set-2011-14:57-010646-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Ofício nº 467/2011

Pato Branco, 27 de setembro de 2011.

INDICAÇÃO:

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, atendendo proposição dos vereadores **Arlde Terezinha Brum Longhi - PRB, Claudemir Zanco - PPS, Luiz Augusto Silva - DEM e William Cezar Pollonio Machado - PMDB** indica a V. Ex^a para que implante o Conselho Municipal de Proteção aos Animais.

Justifica-se a indicação, tendo em vista a preocupação em atender a sociedade com relação a esse tema e sendo prerrogativa do Executivo Municipal implantar o referido Conselho, enviamos cópia do **projeto de lei nº 58/2010**, de 26 de março de 2010, de autoria do vereador William Cezar Pollonio Machado - PMDB, que cria o Conselho Municipal de Proteção aos animais - COMPATO, o qual foi arquivado nesta Casa de Leis, a pedido dos vereadores proponentes, para que o Conselho seja implantado através de matéria originária do Executivo.

Respeitosamente.


Claudemir Zanco
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Roberto Viganó
Prefeito do Município de
Pato Branco - Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 58/2010

RECEBIDO EM: 29 de março de 2010.

Nº DO PROJETO: 58/2010

SÚMULA: Cria o Conselho Municipal de Proteção aos animais – COMPATO e dá outras providências.

(Objetivo desenvolver medidas de proteção dos animais, de grande ou pequeno porte. Cronograma anual de atividades – programa de educação de conscientização da população).

AUTOR: Vereador William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

LEITURA EM PLENÁRIO: 29 de março de 2010.

Arquivado em 28 de setembro de 2011, a pedido do vereador proponente, conforme requerimento aprovado na sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro, e enviado cópia do projeto de lei ao Executivo Municipal indicando ao mesmo para que implante o Conselho Municipal de Proteção aos Animais.